

## MINUTA DA ATA DA SESSÃO DE 26 DE JANEIRO DE 2021

### 03.22 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – MAPA DE FLUXOS DE CAIXA (ANO ECONÓMICO DE 2020) E 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL (ANO ECONÓMICO DE 2021).

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 4034**, datado de **2021.01.20**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.01.18, solicitando a este órgão deliberativo, nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Sobre o assunto designado em epígrafe, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, prestou a sua informação registada sob o n.º 2119/2021, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na íntegra: “Na sequência de solicitação do Exmo. Sr. Presidente do Órgão Executivo e nos termos do ponto 8.3.1, particularmente face ao disposto na alínea a) do ponto 8.3.1.4 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e em observância aos princípios orçamentais definidos no ponto 3.1 do citado diploma, circunstância complementada com o previsto no artigo 129º da LOE/2021 /Lei 75-B/2020, de 31 de dezembro), apresenta-se para aprovação o mapa da fluxos de caixa referente ao ano económico de 2020 (Anexo – A), bem como a 1.ª proposta de revisão orçamental relativa ao ano económico de 2021, na qual consta: -----

- 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita – Ano económico de 2021 (Anexo – B); -----
- 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa – Ano económico de 2021 (Anexo – C); -----
- 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2021/2025 (Anexo – D). -----

#### 1 – Mapa de Fluxos de Caixa – Ano económico de 2020

---- O mapa da demonstração de fluxos de caixa, findo em 31 de dezembro de 2020, denota o apuramento de um saldo de gerência, referente à execução orçamental, em 10.991.009,62 euros. -----

#### 2 – 1º Revisão Orçamental – Ano económico de 2021

##### RECEITA

##### Saldo da gerência – Ano económico de 2020

---- Na sequência do ponto anterior, afeta-se à receita municipal o saldo orçamental da gerência apurado referente ao exercício de 2020 (saldo positivo de 10.991,009,62 euros). -----

---- Neste contexto, reporta-se que o orçamento vigente estabeleceu um montante de 7 milhões de euros disposto nas outras receitas de capital, o qual visava acomodar parte do impacto decorrente do saldo de gerência referente ao ano de 2020. Consequentemente, anula-se o valor previsto na referida rubrica residual, estabelecendo-se um aumento complementar das receitas municipais em 3.991.000 euros, ou seja, tramitando o orçamento da receita para o valor global de 52.642.600 euros. -----

----- **DESPESA** -----

---- Neste contexto, face ao aumento global das receitas num montante próximo de 4 milhões de euros efetuaram-se as seguintes inclusões/correções (nos investimentos plurianuais): -----

- Ano de 2021 -----
  - Centro Escolar de Fátima Sul: reforço em 981.500 euros; -----
  - Centro Escolar de Atouguia (Ampliação): reforço em 854.000 euros; -----
  - Reabilitação de Centro de Saúde em Caxarias: reforço em 865.00 euros; -----
  - Reabilitação da Unidade de Cuidados de Saúde de Rio de Couros: reforço em 85.000 euros; -----
  - Recuperação e beneficiação de estradas e caminhos municipais: reforço em 815.000 euros. -----
- Ano de 2022 -----
  - Centro Escolar de Fátima Sul: reforço em 181.500 euros; -----
  - Centro Escolar de Atouguia (Ampliação): anulação em 115.500 euros; -----
  - Rua Dr. Francisco Sá Carneiro e Dr. Neves Eliseu (Ourém): reforço em 221.500 euros; -----
  - Beneficiação da EN 360 (zona limítrofe c/ Alcanena): anulação em 267.500 euros.
- Ano de 2023 -----
  - Centro Escolar de Fátima Sul: anulação em 654.900 euros -----
  - Beneficiação da EN 360 (zona limítrofe c/Alcanena): reforço em 267.500 euros; ----
  - Recuperação e beneficiação de estradas e caminhos municipais: reforço em 367.400 euros. -----

---- Note-se que nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar as revisões orçamentais. -----

---- Igualmente, compete à assembleia municipal a aprovação do mapa de fluxos de caixa (conforme prevê a alínea I) do n.º 2 do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, considerando que o mapa mencionado integra os documentos de prestação de contas do município. -----

---- À consideração superior,”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se os pedidos de intervenção dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Gostaria de me dirigir ao senhor Presidente de Câmara – Tenho aqui algumas questões que gostaria de ver esclarecidas -----

O senhor Presidente, há umas reuniões atrás da Assembleia Municipal, disse que não queria endividar o Município para financiar o consumo, estou a citar. Concordo. O PS concorda. -----

Mas, aqui não estamos a endividar o Município, estamos a fazer uma transição de saldo. Estamos a pegar em dinheiro que não foi gasto o ano passado e a transitá-lo para o orçamento deste ano. A questão que se põe, o senhor Presidente já afirmou nesta Assembleia Municipal e está no orçamento, que há uma verba de 1,44%, setecentos e cinquenta mil euros de cinquenta e dois milhões de euros, do orçamento, para apoio às pessoas no contexto da crise pandémica. -----

Ourém é um dos vinte concelhos que menos dinheiro gastou com a crise pandémica, em Portugal, de acordo com o relatório da auditoria do Tribunal de Contas, Relatório 7/2020, que olhou para aquilo que foi gasto, durante o ano de 2020, tendo na página 61 uma tabela onde afirma isto mesmo que estou a dizer. -----

As pessoas, para esta Câmara Municipal, estão depois das obras, as obras estão sempre primeiro. O senhor Presidente da Câmara já anunciou, nesta sede da Assembleia Municipal de Ourém, que tinha gasto cerca de setecentos mil euros em COVID-19, o Tribunal de Contas não diz isso, diz outra coisa. -----

Para nós, esta é uma questão que nos divide. Se eu estivesse sentado aí no seu lugar, já teria um programa municipal de emergência aprovado, já teria dois ou três projetos especiais de apoio, porque, nós julgamos que estes quatro projetos a que o senhor Presidente quer alocar

estes quatro milhões de euros têm toda a razão de ser e, com certeza, são necessidades e nós não pomos isso em caus, antes pelo contrário. -----

Mas, senhor Presidente, porque colocar lá todo o dinheiro? O senhor Presidente veio aqui com a desculpa de que reuniu com os senhores presidentes de junta e pôs lá a verba de oitocentos e trinta mil euros, mas o senhor Presidente já pôs lá mais sete milhões em obra do ano passado. O ano passado não gastou onze milhões de euros. De um orçamento de quarenta e seis milhões, o senhor Presidente gastou cerca de um terço. -----

Senhor Presidente, não vejo porque uma verba de um milhão de euros destes quatro milhões, não poderia ser alocada nestas iniciativas, a não ser por causa dos vereadores do PS terem falado isso primeiro. Acho que isso não diminuía em nada a atividade do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Câmara ficaria engrandecido se fosse por este caminho porque, para mim, a social democracia é mesmo isso, é olhar para as pessoas primeiro, é ver a questão social primeiro, depois os números e depois as obras. -----

Porquê uma Câmara liderada pelo PSD/CDS pôr os ovos todos nas obras e não pôr e não pôr nenhum a mais para as pessoas. Já lá tem algum dinheiro para as pessoas, mas quando teve a oportunidade de ter algum saldo, pegou nele e todo e pô-lo todo em obras e nem um tostãozinho para as pessoas, para as empresas. -----

O PSD reivindica apoio ao governo, mas também não faz nada. Deste dinheiro não há um euro para as empresas do concelho, não há um euro para o parque hoteleiro, para os empresários da hotelaria em Fátima, não há um euro para as famílias, não há um euro para os desempregados, também não é essa a competência da Câmara, diga-se a verdade. Não há aqui uma política social. -----

Gostaríamos de perguntar se não era altura de pegar neste dinheiro e fazer um verdadeiro auxílio extraordinário, um subsídio extraordinário às associações deste concelho, sobretudo e em especial aos Bombeiros, às IPSS, às coletividades, para ajudá-los a resistir. A Câmara tem o dinheiro e ele é de todos nós. o dinheiro não é do senhor Presidente da Câmara, não é do Executivo, é de todos nós. -----

Gostaríamos de perguntar se não acha que devia haver de facto, extraordinariamente, um valor significativo a favor desta área social porque isso demonstraria que o Executivo tinha uma sensibilidade social e que demonstra não ter.” -----

= **NUNO MANUEL PINTO DIAS**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Ex. mo Sr. Presidente da Assembleia, -----  
e na sua pessoa cumprimento os membros da mesa, -----  
na pessoa do Sr. Presidente da Câmara cumprimento todo executivo municipal, -----  
Um cumprimento ainda para todos os meus colegas -----  
E presidentes de junta, -----  
a Comunicação Social -----  
e o Público que nos acompanha online, -----  
e a todos faço votos de saúde e segurança. -----  
A propósito do apuramento do resultado dos fluxos de caixa (referentes ao ano económico de 2020) e à conseqüente primeira revisão orçamental do ano económico de 2021, a bancada do Partido Social Democrata não pode deixar de dar uma palavra ao executivo municipal pelos motivos inerentes a esta alteração ao orçamento. -----  
O apuramento do mapa dos fluxos de caixa, referente à execução orçamental, denotam um saldo de gerência que se fixa perto dos 11 milhões de euros. Bem sabemos que o que isto representa apesar do esforço argumentativo da bancada do partido socialista em denegrir uma **gestão financeira rigorosa e criteriosa**, que já é apanágio deste executivo municipal. -----  
Enquanto o partido socialista se perde em equívocos doutrinários sobre a origem e razões do saldo de gerência apresentado, o executivo municipal, com ampla visão, conhecimento, estratégia e em resultado deste trabalho feito, face ao aumento complementar das receitas municipais em, aproximadamente, 4 milhões de euros, **decide afetar este valor na reabilitação da rede viária nas freguesias e em investimentos plurianuais, ou seja, em quatro projetos com franca e legítimas possibilidades de conseguirem participações financeiras**, a saber: Centro Escolar de Fátima Sul, Centro Escolar de Atouguia, Reabilitação do Centro de Saúde em Caxarias e Reabilitação da Unidade de Cuidados de Saúde de Rio de Couros. -----  
Ficamos com a certeza absoluta que o voto contra dos Sr.ºs Vereadores do Partido Socialista nesta primeira revisão orçamental significa que não perceberam bem o que está em causa e que este posicionamento político não defende o interesse no desenvolvimento do nosso concelho. -----

Ora, reconhecendo que **para garantir a comparticipação financeira destes projetos a maturidade da candidatura é o lançamento do concurso, sem a boa gestão financeira do executivo não havia condições para alcançarmos este objetivo.** Mais é dizer que estes investimentos foram cirurgicamente identificados, porque a oportunidade de assegurar a devida comparticipação é AGORA!! -----

É caso para dizer que esta opção não pode ficar para amanhã ou para outro dia, sob pena de perdermos o comboio dos financiamentos e de ficarmos irremediavelmente relegados face a outras realidades municipais que também querem e desejam aproveitar as linhas de apoio no âmbito do centro 2020. -----

Ao contrário do que os Sr.es Vereadores do PS declararam, a verdadeira alavancagem deste valor traduz-se na capacidade de captar financiamento, coisa que este município tem sido exímio. Em números redondos, se captarmos apoios a 85% para obras num valor de 3 Milhões, o município passa a despende apenas 450 mil euros, gerando uma poupança de 2,55 Milhões. Dinheiro que poderá ser reinvestido noutros projetos ou obras. Mas para isto acontecer é preciso dispor de projetos em andamento, pois presumo que declarações de autores morais ainda não possam servir de suporte a candidaturas. -----

Esta alocação significa trazer para a realidade obras que os próprios vereadores “não estão contra”, mas só não dizem quais é que deixariam na gaveta. -----

Perguntamo-nos se com esta forma de pensar qual terá sido o montante de financiamento desperdiçado em mandatos anteriores. -----

Sejamos claros. A afetação desta verba não limita de todo a capacidade deste executivo, mas é sinónimo de pensar e planear a melhor forma de gerir os dinheiros públicos locais. -----

Também é importante referir que fazer um combate eficiente aos efeitos laterais e colaterais da pandemia, que vão assolando as nossas famílias, empresas e comunidade local, **também é aproveitar as oportunidades de conseguir estas comparticipações financeiras**, libertando os recursos financeiros municipais próprios necessários para essa resposta à COVID-19, sem, no entanto, hipotecar o futuro e o desenvolvimento de infraestruturas básicas para o concelho, como são na esfera da educação e da saúde. -----

Sr. Presidente, a bancada do partido social democrata reforça a certeza que a gestão municipal está em boas mãos.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Não respondendo à questão colocada pelo senhor deputado Nuno Dias fez, é uma declaração, mas em relação ao que o senhor deputado António Gameiro aqui nos trouxe, merece alguns comentários. -----

Efetivamente temos reservado no orçamento municipal setecentos e cinquenta mil euros para apoio à retoma empresarial, ao tecido empresarial do nosso concelho. Mas, temos mais, não temos só setecentos e cinquenta mil euros, o senhor deputado tem de olhar bem para o orçamento porque, na parte de apoio às famílias, temos lá talvez mais, não tenho aqui presente, mas mais quatrocentos ou quinhentos mil euros para apoiar famílias que estejam a ser afetadas pela pandemia COVID-19. Não só setecentos e cinquenta mil euros. -----

Como já tive oportunidade de dizer, durante a segunda quinzena de fevereiro, possivelmente, na reunião de Câmara de 15 de fevereiro, apresentar um vasto programa de apoio à retoma do setor empresarial do nosso concelho. As empresas, as famílias, terão de apresentar candidaturas para puderem recorrer e aceder a esses apoios. Há uma coisa que eu ainda não sou, adivinho, por isso, não sei quantas empresas se vão candidatar. Não sei se são cem, quinhentas, mil, dez mil, quantas são, nem tão pouco sei qual o valor que será necessário a alocar a essa situação. É, por isso, que entendemos não colocar, nesta revisão orçamental, porque tenho a competência de, todos os meses ou em qualquer altura, fazer uma alteração orçamental. -----

Imaginemos que o valor das candidaturas apresentadas seria de um milhão e meio de euros, cá estarei para, em qualquer momento, logo que tenhamos conhecimento da totalidade dessas candidaturas fazer uma alteração orçamental, retirando verba de uma outra qualquer verba, para acudir às candidaturas que possam aparecer. Foi por isto que não colocámos valores a mais no apoio à COVID-19. -----

Tenho dito, e volto a repetir hoje, ninguém, no nosso concelho, ficará para trás e ninguém deixará de ser apoiado, dentro das normas que iremos implementar e que queremos que sejam efetivamente reais a partir da segunda quinzena de fevereiro. -----

Parece-me que não fazia qualquer sentido, estarmos aqui a alocar mais valor sem sabermos exatamente com o que poderíamos contar. -----

O senhor deputado fala aqui também no relatório do Tribunal de Contas. Já na última Assembleia Municipal, quando o senhor deputado teve oportunidade de perguntar onde

tínhamos gasto os setecentos mil euros, tive a oportunidade de dizer onde a verba foi gasta. Sobre o Tribunal de Contas, devemos ver quais as fontes do Tribunal de Contas porque não inventou os valores, como é óbvio. Digo quais foram as fontes, foram ao Portal Base.Gov e com a palavra “COVID” foram ver o que as câmaras têm gasto. Já aqui foi dito hoje, na intervenção da senhora Presidente da Comunidade Intermunicipal, os municípios da Comunidade, todos eles, adquiriram bens através da CIMT e, só a aí, o Município de Ourém adquiriu cento e vinte mil euros de equipamento, que não estão no portal do Município de Ourém, estão em nome da CIMT. Se tiver a oportunidade de ver, a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo é a que surge em primeiro lugar, em termos de comunidades, com o valor contratualizado de um milhão cento e quarenta e nove mil euros, precisamente por isso. Foi através da CIMT que foi feita a aquisição destes bens, não tendo de constar o Município de Ourém. -----

Mas, digo mais, as despesas correntes com as IPSS, estamos a falar de transferências correntes, e estamos a falar de trezentos e quatro mil euros que são apoios diretos às IPSS, não tendo que constar no Base.Gov, não podendo estar também neste relatório do Tribunal de Contas. É bom que, quando dizemos as coisas, tenhamos a noção daquilo que estamos a dizer. -----

Para terminar, pensei que, qualquer pessoa, pudesse vir falar sobre o apoio à retoma, nomeadamente para Fátima, mas nunca o senhor deputado, tendo em conta a tomada de posição que teve no parlamento, ao votar contra uma proposta. Vou ler um artigo que o senhor deputado escreveu no Região de Leiria, do dia 5 de novembro 2020, que diz o seguinte, antes da votação que houve no parlamento: *“face a esta situação preocupante e reconhecendo todos os esforços envidados pelo Governo para apoiar pessoas e empresas, tomei, muito recentemente, a iniciativa de pedir na Assembleia da República sugerir que o lay-off simplificado se possa prolongar por mais tempo em Ourém/Fátima. Em simultâneo, sugeri a promoção de candidaturas a fundos comunitários direcionados ao turismo religioso. Por último, propus a criação de linhas de crédito às empresas para que estas possam mitigar as circunstâncias adversas que atravessam”*. Muito bem, mas quando teve oportunidade, votou contra uma proposta do PSD que falava, precisamente, nestas situações. -----

Esperava que toda a gente pudesse falar desta situação, menos o senhor deputado António Gameiro.” -----

----- Solicitando a palavra, para defesa da honra, o membro da Assembleia Municipal, senhor ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO, expôs o seguinte: “Pela segunda vez, vou dirigir-me ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que é testemunha do que aqui foi acabado de dizer e ao senhor Presidente da Câmara Municipal que aqui acabou de enunciar aqui um conjunto de coisas, praticamente todas verdades, menos a última coisa que disse. -----

Em primeiro lugar, não votei contra nenhuma proposta. Quem votou contra a proposta foi o grupo parlamentar do PS. Para quem conhece a atividade parlamentar, sabe isso. -----

Essa proposta era ilegal porque tinha uma medida que dizia que, devia ser isento do pagamento da taxa social única para as empresas do concelho de Ourém e, isso, não é possível. E eu leria todos os preceitos constitucionais, é inconstitucional e ilegal. O grupo parlamentar do PS votou contra isso. E, não votou eventualmente, talvez por causa disso. O grupo parlamentar votou contra, não fui eu. A proposta era ilegal no meio de três legais e que eram bem vindas e que eu defendo nesse artigo. -----

Quando estamos na vida pública e política, temos de ter a responsabilidade de saber o que fazemos e, eu, até ver, ainda sei o que faço. Não defendo aqui uma coisa e outra acolá. -----

O grupo parlamentar do PS votou contra essa proposta que, numa boa parte, era legítima, era justa e bem direcionada, mas, tinha no meio uma questão inconstitucional. -----

Não votei contra nada, foi o grupo parlamentar do PS, mas, assume sessa responsabilidade porque integro, com muita honra, esse grupo parlamentar. -----

De qualquer maneira, senhor Presidente, fiz-lhe uma pergunta. Não era tempo de haver um subsídio extraordinário às associações, às IPSS, aos bombeiros, às coletividades, que estão a sofrer? O senhor Presidente passou ao lado da questão que lhe coloquei. Falou de tudo, do relatório do Tribunal de Contas sem falar dele, porque fala da CIMT. Todas as câmaras municipais participaram desse esforço dessa compra, mas, quem está com menos despesa, é Ourém. Isso valeu para todos, mas, porque é que Ourém ficou tão abaixo? E os outros estão acima? Essa questão é que é preciso responder. -----

Não ponho em causa aquilo que o senhor Presidente disse na última Assembleia Municipal, esclarecendo as rúbricas onde o dinheiro foi gasto, nem ponho em causa a sua palavra. O que ponho, é que o Tribunal de Contas diz uma coisa, o senhor Presidente diz outra. O senhor Presidente já teve oportunidade de esclarecer. Não pus em causa a palavra de ninguém, o que pus em causa é que o Tribunal de Contas diz uma coisa e o senhor diz outra, mas, o que é

verdade, é que no relatório é Ourém que lá está, nos piores lugares, e não são outros municípios aqui da região. -----

Nós, nesta matéria, quando estivemos no lugar do senhor Presidente, tivemos sempre uma atitude muito mais solidária, com muito mais solidariedade social, demonstrando-o sempre, fazendo aquilo que o senhor Presidente da Câmara, na altura, criticava, que estávamos a endividar o Município para o futuro, que havia encargos que nunca mais acabavam. Afinal, o senhor Presidente da Câmara recebeu uma situação ótima do ponto de vista financeiro.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PREISDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Antes de dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara e porque fui interpelado pelo deputado António Gameiro, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, devo dizer que o que o senhor deputado António Gameiro diz é talvez uma meia verdade, no sentido de que, obviamente, quem vota é o grupo parlamentar, mas, de facto, cada deputado, se assim o entender, pode pedir ao seu grupo parlamentar para votar em dessintonia com aquilo que é a emanção do grupo parlamentar e pedir um voto individual, desde que seja contra a orientação da bancada. O senhor deputado delegou o voto na sua bancada que votou por unanimidade. – Relativamente a outra questão que devo aqui esclarecer e tem a ver com a proposta que foi apresentada na Assembleia da República e o senhor deputado, já não é a primeira vez, usa o termo de “ilegal”. A Assembleia da República como o senhor deputado sabe, com a sua experiência mais vasto do que a minha, ainda não faz “ileis” faz leis, sendo uma incumbência da Assembleia da República. E uma das incumbências do senhor Presidente da Assembleia da República é verificar a inconstitucionalidade dessas mesmas leis. Aquilo que no entendimento do grupo parlamentar do PSD, a proposta que eu próprio subscrevi e apresentei, não tinha nada de ilegalidade, nem nada de inconstitucionalidade porque, aqueles impostos a que se refere, não falava em exclusividade de Fátima e também não era nenhuma anormalidade entre essa baixa de impostos relativamente às empresas porque, no âmbito da proposta do governo, de aumento do salário mínimo, também teve bem patente que, esse mesmo imposto agregado às empresas, poderia ser beneficiado, no âmbito da COVID-19. Havia uma sugestão abrangente, que não era específico para Fátima, ao contrário das outras que referiam, inclusivamente, não só a hotelaria de Fátima, como todas as instituições de solidariedade social que Ourém é detentora, um número anormal face ao resto do país, e bem, temos uma gente dedicada e empreendedora junto das coletividades, das instituições se solidariedade

social. Mesmo que essa proposta, no entendimento de alguns senhores deputados, estivesse envolta de alguma situação menos clara ou objetiva, o plenário poderia ter esclarecido e os senhores deputados tiveram a oportunidade de usar da palavra e ter esses esclarecimentos no local próprio que, não é aqui, na Assembleia Municipal de Ourém.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Voltando á questão que o senhor deputado coloca. É verdade que todos os outros municípios da CIMT foram através da CIMT, mas, volto a dizer, o Município que teve maiores gastos foi, de longe, o Município de Ourém. Se quiser, pode pedir à Comunidade Intermunicipal, são cento e vinte mil euros. Que isto fique bem claro. O Município de Abrantes, nesse relatório, também está nos últimos precisamente por isso, está mencionado como aqueles que menos têm gasto. -----

Em relação à questão que colocou, e peço desculpa por não ter respondido em relativamente às associações, IPSS e bombeiros, dizer-lhe o seguinte -----

Em relação às associações, se há alguém que as associações podem agradecer o facto de, hoje, serem efetivamente ajudadas, serem subsidiadas de forma correta, é a este executivo. Recordo que, quando chegámos, e fizemo-lo durante os dois primeiros anos, atribuímos cerca de cento e cinquenta mil euros de subsídios às associações. No último ano, atribuímos trezentos e quatro mil euros, fruto de uma revisão de um regulamento de apoio ao associativismo que foi aqui aprovado, com a abstenção de alguns deputados do Partido Socialista que, nem sei, se do senhor deputado António Gameiro, não posso dizer, com certeza, agora. -----

Bombeiros. Ontem, tive a oportunidade de participar na Comissão Municipal de Proteção Civil. Está aqui, nesta Assembleia, mais alguém que participou, onde estiveram presentes as três associações de bombeiros do nosso Município. Sei aquilo que todos eles disseram em relação à atuação do Município, no âmbito da COVID-19. E, está alguém que é representante da Assembleia Municipal na Comissão e, se quiser, pode dizer e testemunhar aquilo que foi dito, em relação ao apoio que temos dado aos bombeiros municipais. Já fizemos dois protocolos com cada uma das três associações para apoio das despesas COVID-19. Não me parece que seja justo essa questão. -----

Em relação às IPSS, amanhã teremos uma reunião da CLASO, onde estarão presentes todas as IPSS que assim o entenderem. Também, tenho a certeza que nenhuma delas terá alguma

coisa a apontar àquilo que temos apoiado, não só em termos financeiros, como em termos de material e outro tipo de apoio, talvez mais importante, principalmente quando essas instituições estão a passar por momentos difíceis, em termos de casos positivos no âmbito da COVID e, isso, é que nos deve preocupar a todos e é nesse apoio que nós temos estado sempre presente, desde a primeira hora, para que nada falte a essas instituições. -----

Eram estes os esclarecimentos. Muito obrigado” -----

----- De seguida, solicitou a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= FILIPE DE FRIAS ANTUNES DA GRAÇA, na qualidade de representante das Juntas de Freguesia do concelho na Comissão Municipal de Proteção Civil, expôs o seguinte:

“Cumprimentava a Mesa na pessoa do senhor Presidente -----

Saúdo também o Executivo Municipal -----

Deputados Municipais -----

Comunicação social -----

Publico online -----

Gostaria de testemunhar o que foi dito, ontem, na reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil. -----

Tanto a Dr.<sup>a</sup> Ana San Bento, as forças de segurança, CODIS, todos foram unânimes em congratular o excelente apoio que o executivo municipal tem dado em todo o concelho. Tem-se esforçado, com todas as suas forças, tentando travar o fluxo da COVID-19, mas, sabemos que não está nas nossas mãos o contágio. -----

Basicamente, isto foi o que foi dito na Comissão, em que o Município é um Município de excelência no apoio às instituições, como a todos.” -----

**----- NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR MAIORIA – 24 VOTOS A FAVOR; 08 VOTOS CONTRA DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA; 02 ABSTENÇÕES DO GRUPO MUNICIPAL DO MOVE – 34 PRESENCAS. -----**

----- De seguida, apresentaram a respetiva declaração de voto, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= ANTÓNIO HENRIQUES PEREIRA, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Atougua, expôs o seguinte: “Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia, -----  
Senhores Deputados, -----  
Ilustres colegas Presidentes de Junta, -----  
Comunicação Social, -----  
Público que nos acompanha online nas suas casas, -----  
Lamentamos o facto de o Partido Socialista votar este contra este ponto, dado se tratar de obras importantes para o desenvolvimento da freguesia.” -----  
= CUSTÓDIO DE SOUSA HENRIQUES, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Seiça, expôs o seguinte: “Votámos a favor porque -----  
1 – De facto, estavam previstas para Seiça obras em 2020, aliás, algumas já em 2019, que não se executaram. E aqui, penso que deverá ser revista a metodologia de intervenção porque não aceitaram projetos com a dimensão dos de Seiça, passando de umas anos para os outros. Houve uma transferência de verbas, da Freguesia de Seiça, de 2019 para 2020 e de 2020 para 2021, não se tendo realizado obra. -----  
2 – Somos sensíveis à captação de financiamentos comunitários. São oportunidades que, muitas vezes, só surgem uma vez. Sinto isso em relação à Casa Museu de Seiça e que, na altura, tive incompreensão de muitos dos senhores deputados que estão aqui presentes. -----  
3 – Com a convicção de que os projetos previstos, em 2009, e que, até à data, não foram realizados, trata-se de um ato de justiça para com os habitantes de Seiça e, espero que sejam este ano, na generalidade, concluídos. -----  
Muito obrigado” -----  
= JORGE MANUEL DIAS LOPES, na qualidade de Presidente União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, expôs o seguinte: “Boa noite a todos -----  
Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ourém -----  
Excelentíssima mesa -----  
Cumprimentava o senhor Presidente da Câmara -----  
Os senhores vereadores -----  
Deputados municipais -----  
Caros amigos presidentes de junta -----  
Público que nos acompanha através dos meios audiovisuais -----

Comunicação social -----

A atual Unidade de Saúde Local, mais conhecida pela Extensão de Saúde de Rio de Couros está a funcionar no antigo edifício da Junta de Freguesia. Este edifício é muito antigo e as instalações onde atualmente funcionam os serviços de saúde estão desadequados e não oferecem aos profissionais de saúde que ali prestam serviço e aos utentes as melhores condições de utilização e conforto. -----

Por tudo isto este edifício necessita de ser requalificado e adaptado à nova realidade, dotando-o de melhores condições, respondendo às necessidades mais elementares. -----

Por isso, este executivo desta União de Freguesias, quero congratular-se pelo fato do Executivo Municipal se ter empenhado na execução do projeto de requalificação deste serviço de saúde e assim poder incluir a execução das obras, ainda no decorrer deste ano. -----

Fazendo das palavras do Sr. Deputado Municipal Nuno Dias, minhas, é graças a uma gestão criteriosa e focada num desenvolvimento sustentado e equilibrado deste Executivo Municipal, que o saldo de gerência que transitou para 2021, permitiu a realização de um conjunto de obras, onde está incluída esta Unidade de Saúde local de Rio de Couros. Por isso, mais uma vez, agradeço e fico muito satisfeito com mais um investimento na minha União de Freguesias, resolvendo um problema estrutural.” -----

= HELENA SANTOS PEREIRA, na qualidade de representante do grupo municipal do MOVE, expôs o seguinte: “As notícias do dia 18/01/2021, data desta deliberação, já referiam que Portugal estava nos piores registos mundiais em mortes e novos casos (por cada 1 milhão de habitantes) não só diariamente, como na média dos últimos sete dias. E as estatísticas mostravam já um cenário catastrófico em que cada vez mais pessoas testadas davam positivo à covid-19. -----

Perante este cenário pandémico real em que vivemos, este apuramento positivo do saldo de gerência não deveria ser também destinado ao apoio às famílias e às empresas, sabendo Sr. Presidente que o nosso concelho depende em muito do turismo e do comércio local? -----

Os investimentos aqui previstos são necessários, não os contestamos, mas pergunto: será que não podemos aumentar o apoio expressamente face a este cenário que não é de todo agradável, sendo difícil prever a necessidade de apoiar as famílias, as empresas e a sociedade em geral. -----

Desafiamos o Sr. Presidente da Câmara a criar mecanismos concretos de apoios às empresas mais afetadas neste contexto COVID – 19 para que elas possam continuar a assumir as suas responsabilidades e também apoiar às famílias para que consigam fazer face às suas necessidades diárias. -----

Entendemos que não deve ser só o Governo a criar mecanismos de apoio às empresas, as famílias e associações, esta responsabilidade deve caber também todos nós, e aqui neste caso, ao poder local que conhece mais de perto as realidades deste concelho. -----

Não pomos em causa as preocupações do Sr. Presidente neste contexto de pandemia e os esforços já realizados, mas havendo este saldo gerência positivo de quase 4 milhões de euros acreditamos que pode e deve fazer aqui diferença indo mais longe nos apoios. -----

Por tudo isto, e à semelhança da nossa votação anterior no âmbito do orçamento para 2021, o MOVE abstém-se.” -----

= FILIPE DE FRIAS ANTUNES DA GRAÇA, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, expôs o seguinte: “Esta alteração ao orçamento permite uma verba substancial para apoiar as instituições e empresas, afetadas pela pandemia COVID-19. -----

Contempla ainda uma verba que há de ser investida na recuperação na beneficiação de estradas e caminhos municipais e, principalmente, na reabilitação do centro saúde de Caxarias que, há muitos anos, precisa de intervenção. Bem como apoiar os projetos das freguesias. -----

Quero congratular-me com esta distribuição de verbas e lamentar os votos contra dos deputados da Assembleia do PS. -----

Disse” -----

= ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Se há matéria que distinguiu e distinguiria um executivo PS deste executivo PSD/CDS é esta questão. -----

Perante uma crise sem precedentes para as pessoas, famílias e empresas, este executivo canaliza apenas dinheiro para a obra física. Bem compreendemos, na falta dela, há que fazer alguma da sua autoria. -----

Com o PS no governo desta Câmara, haveria um fundo de emergência municipal ou programas especiais para beneficiar as pessoas, as famílias e as empresas. -----

Senhor Presidente da Câmara e todos, são bem vindos a reboque desta posição do PS. -----

O PSD exige ao governo de Lisboa, através de propostas que consideramos ilegais e inconstitucionais o que não é capaz de fazer em Ourém, tendo onze milhões de euros livres de qualquer compromisso de execução orçamental. Porque não apoiam, com parte deste valor, a classe empresarial, em geral e hoteleira, em Fátima. E, as famílias. As associações. As IPSS. Ninguém compreende. -----

A Câmara Municipal de Ourém vai gastar onze milhões de euros em obras, em 2021, num tempo em que poderia alocar, uma parte desse dinheiro, aos ourenses. Que falta de sensibilidade social. -----

A social democracia, senhor Presidente e demais executivo, não é isto. Para mim, para os eleitos que represento aqui e para o PS, não é, nem nunca o será. Temos uma outra visão em que as pessoas estão primeiro, sempre. A pessoa humana está sempre à frente da coisa. -----

Esta alteração orçamental é, apenas e unicamente, uma prova da incapacidade de fazer obra deste executivo PSD/CDS. Este executivo passa onze milhões de euros para a frente, mais um ano, porque não foi capaz de executar em 2020. -----

Esta alteração são mais quatro milhões de euros para engordar as contas de 2021, mas, destes quatro milhões de euros, não vemos um euro sequer para acudir às pessoas, mas, sim quatro milhões de euros para fazer coisas. -----

Em 2020, obra nas freguesias, nenhuma. Nas cidades de Ourém e Fátima, não arrancou nenhuma obra, a não ser as que estavam financiadas. -----

O centro escolar de Fátima Sul, a escola de Atougua, os centros de saúde de Caxarias e Rio de Couros, são obras necessárias que apoiamos, desde há muito. Não é isso que está em causa. O custo para o Município destas obras, se forem financiadas será 15% do seu valor, quatrocentos e cinquenta mil euros. Então, perguntamos, que razão há para, num ano destes, uma parte deste dinheiro não seja afeto ao apoio social e os oitocentos e cinquenta mil euros, em vez de mais alcatrão, quando já há cerca de dez milhões para esse efeito, não é afeto àquilo que deveria ser, às pessoas. -----

É essa a única razão do nosso voto contra.” -----

= NUNO MANUEL PINTO DIAS, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Senhor Presidente -----

Não é uma declaração de voto, apenas um esclarecimento. -----

Dizer que o PSD, a bancada é formada por todos os seus eleitos, inclusive os senhores presidentes de junta e que, nas nossas reuniões preparatórias, acertamos e verificamos aquilo que é o entendimento comum. -----

A razão disso, o nosso líder de bancada é presidente de uma junta de freguesia, neste caso, o Orlando Cavaco, Presidente da Junta de Urqueira. -----

Muito obrigado” -----

= FERNANDO DE OLIVEIRA FERREIRA, na qualidade de Presidente de Junta União de Freguesias de Gondemaria e Olival, expôs o seguinte: “Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Colegas da Assembleia Municipal -----

A minha intenção de voto a favor é no sentido de ter esperança de que essa verba excedentária seja aplicada nas freguesias. -----

Obrigado” -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

----- Assembleia Municipal de Ourém, 26 de janeiro 2021. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal,

